

TERMO DE REFERÊNCIA

1. FINALIDADE E CONTEXTO

A ARTIGO 19 - organização não governamental de direitos humanos que atua em defesa da liberdade de expressão e do acesso à informação - por meio do projeto “**Fortalecer a participação da sociedade civil na implementação da Agenda 2030 (A2030), Agenda de Ação Addis Ababa (AAAA) e Busan Global Partnership for Effective Cooperation (GPEDC) no Brasil**”, financiado pela União Europeia e em parceria com a organização Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero e ACT - Associação de Controle do Tabagismo Brasil, busca promover no Brasil o debate sobre um desenvolvimento econômico equitativo, sustentável, participativo, inclusivo e coerente com os acordos internacionais e obrigações de direitos humanos.

Para tal, o projeto tem 3 estratégias:

- (i) fortalecimento de incidência das OSC junto ao Poder Legislativo e em conselhos de políticas públicas;
- (ii) fortalecimento da participação das OSC em fóruns internacionais;
- (iii) produção de conhecimento e visibilização de legislações e boas práticas de políticas econômicas nacionais e subnacionais alinhadas aos compromissos delineados na A2030, AAAA e GPEDC.

Frente ao contexto de retrocesso de direitos anteriormente conquistados, somado ao cenário de desmantelamento de espaços de diálogos com a sociedade, pretende-se com o presente edital a produção de conhecimento a respeito do estado da arte da participação social no Brasil. Além do monitoramento das normativas jurídicas em debate relacionadas ao alcance de um desenvolvimento econômico sustentável, com o propósito de ser subsídio para a implementação das ferramentas acima citadas.

Dessa forma, a ARTIGO 19 abre edital para a **contratação de um/uma pesquisador/a para desenvolver monitoramento de projetos de leis ou outras normativas que tratam de temas econômicos e comerciais e que podem afetar os acordos internacionais firmados pelo Brasil - A2030, AAAA e GPEDC.**

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral: Analisar a situação dos órgãos colegiados no Brasil e das normativas econômicas e comerciais para assim avançar no debate de um desenvolvimento econômico equitativo, sustentável, inclusivo e participativo.

2.2. Objetivos específicos:

2.2.1: Monitorar os projetos de leis que podem afetar de forma positiva ou negativa a implementação dos princípios e fundamentos da A2030, AAAA e GPEDC na legislação brasileira, com o objetivo de criar subsídios para a incidência da sociedade civil.

3. PRODUTOS

3.1:

3.1.1: Tabela em formato .xlsx para o monitoramento dos projetos de leis e demais normativas de cunho econômico e comercial que afetam os princípios e fundamentos da A2030, AAAA e GPEDC

3.1.2: 1 relatório de síntese de análise de 10 páginas sobre os projetos de leis e demais normativas de cunho econômico e comercial que afetam os princípios e fundamentos da A2030, AAAA e GPEDC

4. CRONOGRAMA

A pesquisa deverá ser desenvolvida nas seguintes etapas e datas:

Produtos 3.1:

3.1.1: Monitoramento em formato .xlsx dos projeto de lei de cunho econômico e comercial
Entrega Preliminar: 30 de outubro de 2022
Entrega Final: 15 de novembro de 2022

3.1.2: Relatório Análise dos projeto de lei de cunho econômico e comercial
Entrega Preliminar: 15 de novembro de 2022
Entrega Final: 30 de novembro de 2022

5. DEDICAÇÃO

Pesquisador produto 3.1 - dedicação de 4 horas diárias

6. COORDENAÇÃO DA PESQUISA

O/A pesquisador/a que ficará responsável pelos produtos 3.1 será coordenado por Claudio Fernandes, economista da Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero e do GTSC A2030 (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030)

7. EXPERIÊNCIAS E REQUISITOS MÍNIMOS

Formação em Ciências Sociais, Direito, Economia, Jornalismo ou áreas correlatas. Experiência com planejamento, condução e execução de pesquisas; familiaridade com os objetivos do desenvolvimento sustentável e com os demais acordos internacionais; habilidade comprovada de escrever e expressar pensamentos e posições de forma objetiva, sucinta e precisa em português.

8. REMUNERAÇÃO

A consultoria para o produto 3.1 será remunerada em R\$7.500.000,00 (sete mil e quinhentos reais). Os pagamentos serão feitos em três etapas, ou seja, R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por mês. Cada pagamento das parcelas será feito após emissão de nota fiscal ou RPA pela contratada ou pelo contratado.

9. PRAZO

A pesquisadora ou pesquisador será contratada/o pelo período de 3 meses, a partir de 26 de setembro de 2022, até 6 de janeiro de 2023, com entrega de produtos durante este período.